

Autoridade Portuária registra lucro recorde de R\$ 202,5 mi

Resultado representa um aumento de 132% sobre o superávit obtido em 2019, segundo dados da empresa

FERNANDA BALBINO

DA REDAÇÃO

A otimização de gastos, a revisão de processos e a redução de despesas levaram a Autoridade Portuária de Santos (APS) a registrar o lucro líquido de R\$ 202,5 milhões no ano passado. A marca histórica da estatal que administra o complexo santista representa uma alta de 132% sobre o lucro registrado em 2019, que foi de R\$ 87,3 milhões.

Esta é a primeira vez que a APS apura dois anos consecutivos no azul desde 2014. Em 2020, a receita líquida cresceu 15%, para R\$ 1,1 bilhão, impulsionada pelo desempenho do agronegócio nacional, o que proporcionou novo recorde histórico de movimentação de cargas, avançando 9,4% em relação ao ano anterior e somando 146,6 milhões de toneladas.

O resultado foi registrado enquanto o Governo prepara a desestatização da Autoridade Portuária, prevista para ocorrer no próximo ano.

Conforme dados divulgados pela empresa, as despesas administrativas recorrentes tiveram queda de 16% na base anual. Já os custos operacionais recorrentes cresceram 4,2%, abaixo do incremento verificado nas receitas, o que resultou em ganho de 1,6 ponto percentual na relação custos/receita líquida, indicando maior eficiência operacional.

Segundo a APS, os gastos com pessoal representam o principal item de despesa da companhia. “Ao longo de 2020, executamos diver-



Sede da Autoridade Portuária: leilão de terminais de celulose garantiu um reforço ao caixa da empresa

sas medidas que resultaram na redução de 20,6% do efetivo total do quadro de funcionários e proporcionaram uma queda de quase 12% nas despesas totais recorrentes de pessoal”, informou a empresa.

Entre as ações mais relevantes para a otimização desses gastos, estão o Programa Incentivado de Demissões Voluntárias (PIDV), com saída de 209 inscritos e a consequente economia anual prevista em R\$ 60,9 milhões. Também houve a reestruturação do quadro de algumas áreas, o que resultou na redução de 38 colaboradores, proporcionando uma economia de R\$ 14,2 milhões ao ano.

Também foi feita uma negociação nas regras do plano de saúde para inativos, que levou a uma redução de R\$ 6,3 milhões no ano. A APS destaca, ainda, a diminuição das despesas com a renegociação de contratos, o aluguel de veículos, a limpeza de escritórios e copiers, além de aluguel de impressoras e serviços de portaria e recepção.

Outra frente foi o aperfeiçoamento na gestão dos passivos com ações cíveis e trabalhistas. O total de despesas com essas demandas foi reduzido em 42,6% em 2020. A entrada de novos

processos trabalhistas foi reduzida em 73,2% em comparação com 2019.

Outras ações, desta vez relacionadas à operação, também ajudaram a reduzir despesas. Entre elas, as novas normas de atracação de navios, que simplificaram procedimentos e estimularam a produtividade, além da transferência dos serviços de amarração para a iniciativa privada.

LUCRO

Com as ações, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), ajustado por eventos extraordinários, avançou 48,8% e alcançou

R\$ 502,7 milhões, margem de 47,5%, um crescimento de 12,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

“O resultado reflete o turnaround iniciado em 2019 para assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia, possibilitando, além da resolução de passivos históricos, como o equacionamento do déficit atuarial do plano de pensão, o fortalecimento do caixa da Companhia para viabilizar a melhoria contínua dos serviços e a realização dos investimentos indispensáveis para a sustentabilidade do principal ativo portuário nacional”, afirmou o diretor-presidente da estatal, Fernando Biral.

LEILÕES

No ano passado, foram realizados os leilões para arrendamento de dois terminais (STS14 e STS14A) destinados à movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente celulose, na Ponta da Praia. Os terminais demandarão investimentos mínimos de aproximadamente R\$ 380 milhões e renderão um total de R\$ 505 milhões em outorgas que foram para o caixa da APS.

Antaq realiza consulta sobre STS11

■ No próximo dia 26, será aberto o período de consulta pública para o arrendamento das instalações que integram o lote STS11, que fica no Paquetá, no Porto de Santos. Interessados em encaminhar sugestões, críticas ou questionamentos ao projeto de implantação de um terminal de granéis sólidos vegetais no local podem encaminhar suas contribuições até 6 de junho à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Em dezembro, o STS11 foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). A previsão é de que o Governo Federal publique o edital do leilão no próximo trimestre.

Porém, antes disso, será realizada uma audiência pública, na forma presencial ou telepresencial. Tudo vai depender das condições de saúde pública vigentes. A data e o local ainda serão definidos pela Antaq.

A área do STS11 tem 114.700 metros quadrados e sua capacidade de armazenagem estática é de 397 mil toneladas de grãos. As principais demandas do STS11 são o embarque de soja, farelo de soja, milho, açúcar para exportação, além do desembarque de trigo.

No ano passado, o Porto de Santos foi responsável por movimentar 64,1 milhões de toneladas de granéis sólidos vegetais. Segundo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do cais santista, elaborado pela Autoridade Portuária de Santos, a previsão é de que, em 2040, o complexo atinja a marca de 95,3 milhões de toneladas de grãos.

Com o contrato de 25 anos, a estimativa da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), responsável pelos estudos do STS11, é de que o arrendamento do terminal gere investimentos de R\$ 541 milhões, a serem feitos durante o período da concessão. O valor deve ser utilizado para a construção de armazéns e acessos rodoviários e ferroviários, além da aquisição de novos equipamentos.

O novo arrendatário arcará com o valor mensal de R\$ 2,4 milhões pelo arrendamento. E haverá a taxa de R\$ 5,00 por tonelada de carga movimentada na unidade.

Durante o período de consulta pública, as contribuições poderão ser dirigidas à Antaq exclusivamente através do formulário eletrônico disponível no site www.gov.br/antaq/pt-br. O prazo termina às 23h59 de 9 de junho.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail anexo_audienca102021@antaq.gov.br, anexar imagens, como mapas, plantas e fotos.

Editais de leilões da Alemoa devem sair em junho

■ Em menos de dois meses, devem ser publicados os editais dos leilões dos terminais STS08 e STS08A, na Alemoa, no Porto de Santos. Apesar da expectativa, os estudos para esses arrendamentos portuários ainda não receberam o aval do Tribunal de Contas da União (TCU), que analisa os processos.

As áreas são contíguas (hoje, nelas, está o terminal da Transpetro, da Petrobras) e somam 443 mil metros quadrados, mas serão licitadas separadamente – 137,3 mil metros quadrados para o STS08 e 305,6 mil metros quadrados para o STS08A.

Os estudos foram entregues ao TCU em novembro do ano passado. De acordo com o órgão, o assunto é objeto de um processo de relatoria do ministro Raimundo Carreiro, ainda não apreciado pelo Tribunal.

A análise das desestatizações pelo TCU é baseada em uma instrução normativa do órgão. Ela define que, a partir do recebimento de

todos os documentos necessários, a unidade técnica do tribunal tem até 75 dias para enviar ao ministro-relator a proposta de mérito. Mas, diante da complexidade do tema, o relator autorizou a prorrogação deste prazo em 30 dias.

“A equipe técnica já concluiu as análises e, nos termos da instrução normativa e da Resolução TCU, as propostas de encaminhamento foram submetidas para comentários dos gestores, que têm prazo até dia 19 de abril para manifestações. Assim que responderem, a equipe técnica faz a análise final e submete ao ministro relator”, destacou o órgão, em nota.

Para especialistas do setor, os leilões serão muito disputados, principalmente o STS08, que terá uma menor exigência de investimentos após o arrendamento. Já o STS08A poderá despertar o interesse de empresas do setor de gás. Em ambos os casos, são esperados players que ainda não estão estabelecidos na Cidade,



Pier da Alemoa, em Santos, vai ganhar dois berços de atracação

além da Transpetro.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, as expectativas da pasta são as melhores possíveis para esses arrendamentos. “Os terminais irão consolidar o maior leilão de arrendamento dos últimos 20 anos, com a previsão de R\$ 1,6 bilhão em investimentos”, informou a pasta.

O projeto dos dois termi-

nais prevê o aumento da capacidade das instalações implantadas no local e sua modernização, além da construção de dois berços no Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa (Tegla), pier onde atracam os navios que movimentam líquidos na região. Com essas intervenções, a capacidade de armazenamento dos terminais vai passar das atuais

7,3 milhões para 10,8 milhões de toneladas.

Segundo o governo, os dois lotes “atuam como reguladores do estoque da produção de derivados da Petrobras”, realizando serviços como a transferência e o recebimento de produtos de embarcações, o abastecimento de óleo bunker (combustível naval) nas embarcações atracadas no Porto de Santos, o embarque dos produtos das refinarias e o envio de GLP para as empresas distribuidoras localizadas nas regiões Sudeste e Centro Oeste.

PRÓXIMOS PLANOS

Outros terminais também estão na lista dos arrendamentos do Governo Federal. Há a previsão da instalação de um novo terminal de contêineres no Sabóó, o STS10. Na mesma região, também está prevista a implantação de um terminal retroportuário. E ainda serão leiloadas instalações de granel sólido mineral (STS53) e granéis vegetais (STS11). (FB)